

**GÊNERO E ESPAÇO URBANO: REDE DE APOIO FEMININA EM UMA
OCUPAÇÃO URBANA EM LONDRINA/PR**

**GENDER AND URBAN SPACE: FEMALE SUPPORT NETWORK IN AN URBAN
OCCUPATION IN LONDRINA/PR**

Recebido em: 20/2/2024

Aceito em: 30/04/2025

Publicado em: 04/06/2025

Caroline Berger de Paula¹ 

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Patricia Helena Milani² 

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo: As questões de gênero e as lutas diárias que as mulheres enfrentam na e pela cidade, principalmente nas periferias urbanas, onde as inúmeras opressões ocorrem desigualmente entre os eixos identitários dos sujeitos, são ocultadas de uma parte das teorizações sobre a produção do espaço urbano. Temos como objetivo identificar as estratégias que as mulheres moradoras de uma ocupação urbana de Londrina-PR criam e desenvolvem em seus cotidianos para driblarem algumas situações, exercerem suas atividades diárias e permanecerem na ocupação. Do ponto de vista metodológico utilizamos principalmente instrumentos de cunho qualitativo, entrevistas com roteiros semiestruturados com moradoras da ocupação; teoricamente nos baseamos em autoras e autores que se debruçam sobre essa temática, como Davis (2016), Santos (1987; 2003), Rolnik (2006) e D'Andrea (2020). Embora as dificuldades existam, principalmente ligadas em termo infraestruturais, tanto do projeto quanto da ocupação, a construção de uma rede de apoio se torna uma saída para o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades sociais das mulheres que vivem na ocupação.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Gênero; Rede de Apoio; Cotidiano; Londrina-PR.

Abstract: Gender issues and the daily struggles that women face in and for the city, especially in the urban peripheries, where the countless oppressions occur unequally between the identity axes of the subjects, are hidden from a part of the theorizations about the production of urban space. We aim to identify the strategies that women living in an urban occupation of Londrina-PR create and develop in their daily lives to circumvent some situations, carry out their daily activities and remain in the occupation.. From the methodological point of view, we mainly used qualitative instruments, interviews with semi-structured scripts with residents of the occupation; theoretically, we are based on authors who focus on this theme, such as Davis (2016), Santos (1987; 2003), Rolnik (2006), D'Andrea (2020). Although difficulties exist, mainly linked in terms of infrastructure, both of the project and of the occupation, the construction of a strong support network becomes a way out to face the social vulnerabilities of the subjects who live in the occupation.

Keywords: Production of Space; Gender; Support Network; Everyday.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no contexto histórico do Brasil retrata a falta de moradias desde o século XIX, com o início do êxodo rural as pessoas passaram a buscar nas cidades o local para suprir suas necessidades de existência, especialmente nas grandes metrópoles e

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: carolbberger@hotmail.com

² Doutora em Geografia pela FCT/UNESP e professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas. E-mail: patriciah.milani@gmail.com

posteriormente em cidades localizadas estrategicamente em termos de acesso aos principais centros do país.

Diante disso, a população de baixo poder aquisitivo, que não tinha formas de pagar para viver em um lugar com infraestrutura, acabaram ocupando áreas desprovidas de equipamentos urbanos básicos, como asfalto, saneamento básico e iluminação (Maricato, 2001), fato este que retrata a realidade da maior parte das favelas e ocupações existentes atualmente.

Sabendo que a cidade é onde ocorre a interação dos diversos sujeitos sociais e sendo eles também produtores do espaço urbano, a exclusão territorial acaba se tornando uma estratégia de classe que se apoia na urbanização para segregar aqueles que não tem poder aquisitivo para fazer parte do mercado imobiliário formal (Corrêa, 2011), amparados por uma sociedade capitalista em que a terra é vista como mercadoria e o Estado atua como agente mediador, tendendo para o lado de quem tem poder aquisitivo.

As cidades no contexto capitalista contemporâneo representam um território de disputa econômica, social e política, onde as transformações que ocorrem evidenciam os interesses pelos quais são construídas e produzidas.

Essa segregação gerada não é apenas espacial, mas também social, pois, os sujeitos são condicionados a viverem em determinadas condições e localização dependente da sua condição econômica, promovendo uma valorização diferenciada do espaço urbano (Villaça, 2001).

Foi por conta desse processo de urbanização acelerada e desigual que os grupos sociais que vivem em situações de vulnerabilidade social e habitam áreas e moradias inadequadas para viver, começaram a buscar por soluções que dessem voz a eles e mostrasse a força que o coletivo tem quando se luta pelos seus direitos, como foi o caso da Reforma Urbana na década de 1960, movimento que fortaleceu a formação política e comunitárias de lideranças e movimentos sociais.

Neste sentido, a diversidade de sujeitos que vivem em favelas e ocupações elencam diversas pautas a partir do seu gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras condições que fazem surgir muitos grupos que se apoiam para viver e resistir nesses lugares.

Durante toda a história as mulheres lutam por espaço, por direitos, por igualdade, vivenciam diversas formas de violência e abusos para conseguirem ter voz e força para mudar a realidade de tantas outras mulheres, prova disso são todas ondas do movimento feminista, um movimento diverso, plural, que foi e continua sendo resultado das manifestações ativas de mulheres que acreditam e buscam uma sociedade mais justa.

Analisamos neste texto uma rede de apoio, composta por mulheres, moradoras da

Ocupação Nossa Senhora Aparecida e do Jardim São Jorge, ambos localizados na zona norte de Londrina/PR, grupo que se constitui para diversos enfrentamentos, que criam estratégias e mecanismos de permanência e sobrevivência cotidiana para sujeitos sociais que vivem na ocupação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia se caracteriza por uma abordagem qualitativa, buscando produzir informações sobre as pessoas, lugares e processos interativos através do contato direto das pesquisadoras com a situação estudada, a fim de compreendermos os fenômenos, segundo a perspectiva dos sujeitos (Godoy, 1995).

Partindo da revisão de literatura através de autores que retratam a produção do espaço urbano, a formação da cidade capitalista e o desenvolvimento de áreas de segregação, como Corrêa (2011), Santos (2003), Rolnik (2006), Villaça (2001) e Maricato (2001); assim como autores que retratam a importância dos sujeitos sociais, das questões de gênero frente os desafios presentes nas cidades, como D'Andrea (2020), Davis (2016) e Silva (2007).

Retomamos a trajetória de consolidação da ocupação buscando autores que elencam o desenvolvimento urbano da cidade de Londrina/PR e da sua zona norte, como Beidack e Fresca (2011) e documentos públicos do município e da Companhia de Habitação de Londrina – COHAB/LD.

Como um dos procedimentos metodológicos, adotamos a observação participante, como forma de se unir as ações da rede de apoio para que pudéssemos gerar informações através da própria experiência em campo (Ritchie, 2013), com o intuito de compreendermos as motivações, dificuldades, necessidades, formas de desenvolvimento e organização da rede de apoio no cotidiano dessas mulheres.

Combinadas às observações participantes, realizamos entrevistas com roteiros semi estruturados, as entrevistas foram gravadas, com as devidas autorizações e posteriormente transcritas, trechos de algumas delas comparecem neste texto em forma de citação direta. As entrevistadas foram realizadas com Ana e Sílvia, moradoras da ocupação, que exercem trabalho informal remunerado fora da ocupação três vezes na semana, e com Adriana, líder do projeto social e que destina seu tempo integral de trabalho as causas do coletivo.

A CIDADE DE LONDRINA/PR E O DESENVOLVIMENTO URBANO DA ZONA NORTE

A cidade de Londrina, no norte do estado do Paraná, foi implantada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP para ser o centro da colonização regional e local estratégico para o meio imobiliário, visto que seria construído a estrada de ferro que ligaria a região ao estado de São Paulo, desta forma, foi fundada em agosto de 1929 e elevada à condição de município em dezembro de 1934, planejada para abarcar cerca de 20 mil habitantes.

Neste período já se iniciava uma grande expansão das lavouras cafeeiras elevando o fluxo migratório regional devido a necessidade de mão de obra para a cafeicultura. Esse processo começou decair a partir da década de 1960 quando a produção do café foi intercalada com a produção de culturas cerealistas rotativas, onde a mão de obra utilizada nas lavouras era menor, tanto pela cultura quanto pela mecanização.

A década de 1960 também foi marcada por grandes transformações culturais, sociais e econômicas em todo território brasileiro, por um lado, a modernização e a industrialização elevou os investimentos em infraestrutura, e de outro, a tecnificação do campo provocou um enorme êxodo rural, fazendo com que esses sujeitos que saíram do campo adentrassem os grandes centros regionais, refletindo também na cidade de Londrina/PR (Passos, 2007).

Com as transformações econômicas e sociais deste período foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tinham como objetivo construir moradias a população de baixo poder aquisitivo que chegavam nas cidades, a operacionalização nas cidades eram feitas pelas Companhias de Habitação - Cohab's (Martins, 2007).

Em Londrina a fundação da Cohab se deu em meados dos anos 1965 e a partir dos anos 1970 começou a construção de diversos conjuntos habitacionais, especialmente na zona norte, onde se instaurou os cinco primeiros conjuntos da área com cerca de 1000 moradias cada, sendo conhecidos até os dias atuais como “Cinco Conjuntos” ou “Cincão”, apesar de já existir inúmeros conjuntos habitacionais na zona norte (Rodrigues, 2002).

A expansão da cidade para a zona norte se deu a partir da retirada da linha férrea do centro da cidade, que dificultava essa integração. Além disso, a partir deste momento algumas construções específicas como o Estádio do café, autódromo, terminais rodoviários e a Av Dez de Dezembro foram importantes para que essa integração acontecesse, entretanto, desde os anos de 1970 os conjuntos habitacionais que foram construídos eram voltados para a população de menor poder aquisitivo oriunda do campo por conta das transformações socioeconômicas.

Neste período, a população que residia nesses conjuntos habitacionais da zona norte de Londrina sofria com a falta de infraestruturas, o que levou os bairros a criarem movimentos de

liderança para que tivessem uma orientação e cobrassem o poder pública para melhora desses locais (Rodrigues, 2002).

Destaca a existência, em nossas cidades, de desigualdades responsáveis pela instauração de um modelo excludente de urbanismo, para concluir que “as poucas áreas que concentram as qualidades de uma cidade bem desenhada e equipada são destinadas para os segmentos de maior renda. Para os mais pobres, em nosso país, as maiorias, restam a ocupação das franjas, das áreas longínquas ou pouco aptas para urbanizar, como as encostas dos morros, as beiras de córrego, os mangues. Desta forma, uma poderosa máquina de exclusão territorial é posta em operação, monstro que transforma urbanismo em produto imobiliário, negando a maior parte dos cidadãos o direito a um grau básico de urbanidade” (Rolnik, 2006, p. 3).

Ressaltamos que o processo de infraestrutura da zona norte de Londrina teve início a partir dos anos 1980, especialmente com a pavimentação da Av Saul Elkind e a construção de um hospital, mudanças essas que afetaram o comércio local, visto que 56% da população residia nessa área da cidade e se localizam longe do centro, fazendo com que os moradores começassem a abrir comércios e prestação de serviços para suprirem a própria demanda local.

[...] Por se tratar de uma área popular e de baixa mobilidade em virtude das dificuldades de transporte, os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços instalados eram de propriedade dos moradores locais que construíam o pequeno comércio na frente de suas casas ou nos quintais para abastecer a população com produtos de primeira necessidade (Fresca; Beidack, 2011, p. 12).

A partir dos anos 1990 a zona norte começou a atrair investimentos privados, devido ao seu crescimento e a instalação de hipermercados Super Muffato e as indústrias Dixie Toga e Elevadores Atlas, que faziam ponte comercial com o estado de São Paulo para distribuição ao restante do país, especialmente a região sul.

Foi a partir desse contexto que o solo urbano do município de Londrina transformou seu caráter de essencial para moradia e atividades urbanas, para um valor de uso dependente de sua localização, visto [...] que o loteamento e o lote urbano passam a ser mercadorias e se constituem como elementos chave das estratégias de agentes específicos da produção do espaço urbano: as loteadoras (Oliveira, 2006, p. 57).

A implantação de conjuntos habitacionais na zona norte ultrapassou 100 loteamentos, sendo quase 50% do total na cidade, o que reforça a ideia de que há uma atuação intensa de diferentes agentes produtores do espaço urbano, desde imobiliárias, loteadoras, construtoras, proprietários fundiários, pessoas físicas, e o Estado, que produziu infraestrutura que incentivassem esse processo (Oliveira, 2006).

Entre os anos 2000 e 2007 foram implantados 31 loteamentos na zona norte, com aproximadamente 7.411 lotes, de um total de pouco mais de 14 mil no município, seja em vazios urbanos ou áreas de especulação imobiliária, ou locais destinados a expansão da malha urbana (Oliveira, 2006).

O Estado contribui para a criação das condições socializadas de formação dos espaços residenciais. Mas não pode se tratar de uma ação autônoma: articula-se necessariamente com a lógica dos agentes privados da produção de moradias. Os sistemas de produção desta mercadoria essencial para a formação das estruturas espaciais da cidade provocarão efeitos próprios quanto à distribuição espacial das classes e camadas sociais (Topalov, 1984, p. 213).

A instalação de novas infraestruturas e principalmente a construção de terminais rodoviários urbanos facilitaram a mobilidade, ligando a população residente na zona norte ao restante da cidade, inclusive o centro, gerando um crescimento da área, em termos físicos com moradias, aumento da Av Saul Elkind que atualmente corta a zona norte inteira, comércios, e de população, tanto residente quando população do entorno que buscam serviços na centralidade comercial que ali foi formada.

Com a valorização do solo e especulação imobiliária da zona norte, o padrão socioeconômico foi se diversificando, não sendo mais um local onde predominavam apenas a população de baixo poder aquisitivo, mas também abriga uma porção da população com renda mensal elevada, entretanto, a zona norte ainda é marcada por abrir a maior parte dos conjuntos habitacionais e favelas da cidade.

No ano de 2018, em um levantamento divulgado pela COHAB-LD, a cidade tinha 68 áreas ocupadas irregularmente que abrigavam aproximadamente 11 mil pessoas, vivendo sob vulnerabilidade social, em moradias precárias e situações de risco. Dessas ocupações, 22 estão presentes na zona norte de Londrina, entre elas, a ocupação Nossa Senhora Aparecida, área de estudo, conhecida como “Aparecidinha”, contendo uma área de 12,42 hectares, teve sua primeira ocupação nos anos 2000 (Londrina, 2018).

A primeira ocupação do Aparecidinha foi marcada pela entrada de 30 famílias, assistidas pela Federação de Moradores Sem-Teto de Londrina, três dias depois da entrada dessas famílias o local já contava com 280 famílias, como relata Ana:

Tudo que acontece aqui o povo se ajuda, quando abre algum espaço de ocupação ou alguém abandona algum barraco, a gente sai falando, porque sempre tem algum parente ou conhecido que não tem casa, então fazemos essa divulgação, não é o melhor lugar, mas se a pessoa dorme na rua e tem a possibilidade de dormir em um

barraco, pra ela é melhor e depois vai melhorando [Ana, 65 anos, moradora da ocupação].

A mobilização para entrada das pessoas na ocupação se dá por comunicação entre os próprios moradores da ocupação ou do bairro vizinho, o Jardim São Jorge, que é um bairro que faz divisa com o terreno ocupado e já foi uma ocupação por 17 anos, foi urbanizado em 2014 (Ogawa, 2014).

Há uma grande ligação entre o São Jorge e a ocupação Aparecidinha, visto que o São Jorge acabou se tornando um ponto de apoio da ocupação, é dele que muitas doações saem, projetos de apoio, assistência, escola, pontos de coleta de lixo, isso porque muitas pessoas que vivem no São Jorge hoje já foram moradoras da ocupação em algum momento.

A proprietária do terreno da ocupação Aparecidinha pediu sua primeira desocupação em 2001, mas o processo não foi adiante porque o município não tinha recursos para dar seguimento, conforme as declarações da Ação Judicial nº 678/2001.

A primeira desocupação do terreno começou em 2009, com a intervenção do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do FNNIS, onde seria construído unidades habitacionais para as famílias que residiam na ocupação. Essas famílias foram realocadas para o Jardim Horizonte II, localizado próximo a ocupação, porém, ainda mais longe das vias principais da zona norte de Londrina e de equipamentos urbanos essenciais, como escolas, unidades básicas de saúde, terminal de ônibus e assistência social (Frazão, 2012).

O terreno da ocupação Aparecidinha ficou desocupado entre os anos de 2012 até 2014, quando começou receber novas famílias, chegando a um montante de 240 famílias, sejam as que já viveram na ocupação em momentos anteriores, conhecidos ou familiares de moradores do bairro São Jorge e até pessoas que vieram de outras cidades, pessoas sem moradias.

Neste período, o herdeiro da falecida proprietária entrou com nova ação judicial pedindo a desocupação alegando que “[...] pessoas desconhecidas haviam tomado posse da área particular rural de forma clandestina, com a finalidade de protestar contra atrasos na concessão de financiamentos do programa Minha Casa, Minha Vida” (PARANÁ, 2014, p. 188), porém, a ação não foi levada adiante porque o então herdeiro não tinha documentação necessária que comprovasse a ele a posse do terreno.

No ano de 2022, segundo levantamento da COHAB-LD, havia na ocupação aproximadamente 600 famílias e 2000 pessoas, neste ano a COHAB-LD lançou o empreendimento Jequitibá, localizado próximo a ocupação e que foi ofertado para as famílias

ocupadas para que comprassem o terreno e construíssem suas casas em uma área já regularizada.

Figura 1 - Loteamento Jequitibá.



Fonte: COHAB-LD, 2022.

Segundo a COHAB-LD (2022) quando apresentou o projeto do Jequitibá, a intenção seria atender famílias com renda de até 3 salários mínimos e que residissem no entorno do loteamento, especialmente na ocupação. Foram realizadas conferências para apresentar o projeto aos moradores, alegando entregar os terrenos prontos para construção, com pavimentação, infraestrutura, saneamento básico, assistência técnica gratuita, doação de padrão de energia, implantação de horta comunitária, capacitação para geração de emprego e renda, doação de materiais de construção, sendo destinados 5,2 milhões para o loteamento.

Ainda segundo a cartilha “Programa Lotes Urbanizados Residencial Jequitibá”, apresentado pela COHAB-LD em 2022, 331 termos de ocupações prévios foram assinados e a horta comunitária já estava em implantação, porém, de acordo com Silvia, de 46 anos, moradora da ocupação Aparecidinha:

Quando eles vieram falar com a gente falaram que o terreno era bom e que era só construir, que as parcelas não iam passar de R\$ 80 reais, o que já era muito pra muita gente e que não teria IPTU, aí quando descemos pra ver os terrenos eles eram todos cheios de umas pedra que pareciam umas bolas, a gente até começou chamar lá em baixo de Jequitibola, porque não dava pra construir, só pra arrumar o terreno ficava em mais de R\$ 15.000, você acha que quem mora em barraco na favela tem 15 mil só pra arrumar terreno? Quem dirá pra construir uma casa depois. Tem gente que mora lá porque ficou mais de 1 ano na ocupação e já era pedreiro, aí foi construindo aos poucos, mas vive na sorte, porque não tem infraestrutura certa no terreno e uma hora pode cair o barranco, e ainda vive aparecendo cobra e um monte de bicho que vem do mato. O IPTU também, teve gente que assinou o contrato e depois chegou um IPTU de quase R\$ 500. Mas é sempre assim, eles fazem um evento pra apresentar uma coisa

pra gente sair da ocupação como se fosse resolver nossa vida, aí quando vai ver só querem jogar a gente pra outro canto. Lá ainda é pior do que aqui na ocupação, porque é uma ladeira abaixo, não passa ônibus, **não tem nem uma padaria, eu comprei o terreno e devolvi, voltei pra ocupação, porque pra mim é melhor ficar aqui no meu barraco do que lá.** [Silvia, 46 anos, moradora da ocupação, grifo nosso).

O residencial Jequitibá ainda não tem a horta comunitária instalada e há poucas construções de casas, embora a COHAB-LD afirme que a venda dos lotes foi quase totalizada.

Em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas – muito mais baratas porque em geral não têm qualquer infraestrutura – e construir aos poucos suas casas. Ou ocupar áreas ambientalmente frágeis, que teoricamente só poderiam ser urbanizadas sob bases muito mais rigorosas, exatamente o inverso do que acaba acontecendo. Esse comportamento não é exclusivo dos agentes atomizados do mercado informal: a política urbana e habitacional tem reforçado a tendência de expulsão dos pobres das áreas mais bem localizadas. Procurando os terrenos mais baratos e periféricos para a construção de grandes e desoladores conjuntos habitacionais (Rolnik; Cymbalista, 2000, p. 3).

Atualmente a ocupação conta com igrejas, uma casa de apoio que distribui comida duas vezes na semana (para os/as moradores/as), e com comércios na única rua asfaltada que faz divisa com o Jardim São Jorge (Figura 2).

Figura 2 - Rua principal entre a ocupação Aparecidinha e o Jardim São Jorge.



Fonte: Caroline Berger, 2024.

A Rua Antônio Marcelino de Oliveira, é a principal via para se chegar à ocupação Aparecidinha e é a via onde são instalados os comércios, todos construídos de madeira e de propriedade de moradores da própria ocupação, há mercearias, borracharias,

salão de cabelereiro e alguns pontos de materiais diversos. Isso evidencia o papel dos grupos sociais também na produção do espaço urbano, resultando em formas e processos diferentes das ações dos grandes agentes produtores do espaço, neste caso são estratégias de sobrevivência nas cidades, reforçando o caráter segregador e elitista do processo de produção das cidades.

[...] Os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentes e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (Corrêa, 2011, p. 30).

O Jardim São Jorge, que serve de apoio para a ocupação, passa apenas uma linha de ônibus, não conta com nenhum supermercado grande, com assistências social, unidade básica de saúde, há apenas uma escola municipal e um projeto educacional privado que recebe crianças em período diverso ao da escola, entretanto, pela quantidade de pessoas que moram na ocupação, no São Jorge, Horizonte II, Jequitibá, é uma área que falta infraestrutura e equipamentos públicos básicos.

É uma área de reflexo da desigualdade social, cultural e econômica, onde não há nem condições de habitabilidade e o que se vê é a vulnerabilidade e a negação de direitos.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (Santos, 1987 p. 81).

Neste sentido, as redes de apoio que surgem na escala do cotidiano dessas pessoas, são desenvolvidas por grupos que vivem ou já viveram com algum – ou alguns - tipos de vulnerabilidade social, se tornando uma saída para muitas situações de segregação, para necessidades enfrentadas nesses espaços, sendo um estado vivo de vida ativa que os sujeitos criam e recriam estratégias dia após dia para sobreviverem.

A cidade pronta a enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e de seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos de seu tempo, que são também os donos do espaço. É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc., e é conduzida pelo cálculo dos partidos

e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo (Santos, 2003, p. 132).

São essas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas redes de apoio que contribuem para combater a fome, miséria, insegurança e todas necessidades que estiverem ao alcance de serem supridas, no caso da ocupação e desse estudo, demonstraremos como um projeto social com sua sede instalada no Jardim São Jorge, é uma rede de apoio para os moradores da ocupação e do seu entorno, criando estratégias e ações que minimizam as vulnerabilidades sociais enfrentadas por essa população e também incentivam os moradores a lutarem pelos seus direitos e por uma melhor qualidade de vida.

O PROJETO SOCIAL AMIGAS DO SÃO JORGE

O projeto social Amigas do São Jorge é uma rede de apoio que tem sua instalação no bairro São Jorge, na zona norte da cidade de Londrina, iniciado em 2017, ele é composto por 10 mulheres voluntárias que se intercalam entre si para realizarem as ações que são programadas e organizadas por elas, e recebem ajuda de voluntários externos e/ou familiar de alguma participante.

Mapa 1 - Localização da Ocupação Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR.



Elaborado por: Alan Alievi, 2022.

O projeto surgiu com a liderança de uma mulher do assentamento Aparecidinha, chamada Wal, que decidiu tomar frente e criar um projeto que pudesse realizar ações para ajudar as pessoas que frequentemente passavam pelas ruas do bairro pedindo ajuda,

especialmente comida, dessa forma, ela alugou uma casa no jardim São Jorge e conseguiu uma pessoa que doasse sopa duas vezes na semana para serem distribuídas para a população e convidou algumas mulheres para fazer parte desse processo de distribuição.

As experiências acumuladas por todas as mulheres que labutaram sob o chicote dos seus senhores, trabalharam para suas famílias, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição de mulher (Davis, 2016, p. 41).

Em determinado momento a fornecedora das sopas informou que não iria mais fazer essa entrega, neste momento, a Wal e a Adriana que eram as duas líderes do projeto decidiram continuar fazendo a sopa através de doações, conseguindo mais voluntárias e mais doações, então a distribuição de sopa passou para refeições com arroz, feijão, legumes e carne, duas vezes na semana para a população e almoço para as crianças de segunda-feira a quinta-feira, atendendo aproximadamente 150 famílias, que chegavam com seu “pote” na fila e eram serviços da janta, inclusive alguns levavam marmitas para almoçar no próximo dia no trabalho.

No início o projeto não tinha uma sede destinada somente as atividades dele, a comida era feita na casa de uma das líderes e distribuído na calçada, assim como as doações eram recebidas no mesmo local. O trabalho desenvolvido por elas foi crescendo e recebendo mais voluntárias e doações, fazendo com que o espaço ficasse pequeno para o desenvolvimento das atividades, entretanto, foi neste período de crescimento que a líder Wal acabou falecendo e o projeto continuou na casa dela, que é uma moradia alugada com dois cômodos no parte de trás e um cômodo na parte da frente do terreno, onde usam a parte de trás, onde a Wal morava, para construir uma cozinha e armazenar as doações, o cômodo da frente é usado para receber pessoas que recorrem ao projeto quando tem alguma necessidade.

Aqui a gente já recebeu de tudo e é bem rotativo, a primeira pessoa que recebemos foi uma mulher que sofria abuso no casamento e separou, começou ser ameaçada e pediu ajuda pra gente, então ela ficou morando um tempo aqui no projeto, mas a gente também busca ajuda dos serviços da cidade né? Fui atrás de psicóloga pra ela, de emprego, pra daí ela começar a seguir um rumo na vida e ter o canto dela né? Depois dela recebemos um rapaz que veio de São Paulo e não tinha onde dormir, ele passou 2 meses aqui no projeto, arrumei um emprego pra ele e ele foi embora pra Santa Catarina com a empresa que a gente conseguiu colocar ele (Adriana, líder do projeto, 2024).

Atualmente, o projeto conta com a coordenação da Adriana, devido ao falecimento da

Wal, e mais dez mulheres que são fixas nas ações do projeto, cada qual é destinada a um setor de necessidade e a Adriana acaba sendo a responsável por divulgar o projeto, buscar ajuda e doações, ofertas de emprego, estudos, recebimento da universidade na ocupação, ações com palestras, polícia, psicólogos, entre outros profissionais conforme a necessidade.

A gente brinca que somos amigas e psicólogas, no começo a gente queria fazer a comida porque era a primeira necessidade que chegava pra nós, porque a gente não procurava nada, mas começou chegar tudo (risos). Começou aparecer muitas mulheres pedindo ajuda em relação a violência doméstica, pessoas desempregadas, até casos de crianças que os pais usam drogas e deixam as crianças dias sozinhas lá na ocupação, aí eles vão direto lá no projeto pedir ajuda, até pai e mãe a gente encontra. Outra coisa que acontece muito é o pessoal buscar a gente pra pedir doação de materiais de construção quando dá alguma chuva muito forte, leite para as crianças, cobertores no frio, cada época do ano a gente atende uma necessidade diferente, e é isso, o que chegar a gente vai tentar fazer alguma coisa pra ajudar, porque a gente não sabe como o projeto chegou assim, mas sabemos que de certa forma o pessoal sabe que tem a gente aqui pra ajudar (Adriana, coordenadora do projeto, 2024).

As ações desenvolvidas pelo projeto são inúmeras e perpassa diversas área da vida, o que mais tem atenção do projeto é a distribuição de alimentos, seja das marmitas duas vezes na semana ou até mais dias dependendo das doações, do café da tarde das crianças nas sextas-feiras, para realizar essas ações alimentícias o projeto buscou parceiros, sendo os mais notáveis a ação conjunta com o Movimento Sem Terra – MST, em que as mulheres e famílias vão no assentamento plantar verduras e legumes em um mês e no próximo os responsáveis do assentamento leva no projeto legumes, verduras, arroz, feijão e o que mais for produzido no assentamento.

Figura 3 - Distribuição de alimentos pelo MST.



Fonte: Projeto Social Amigas do São Jorge, 2023.

Além da ajuda do MST, o projeto também recebe doações da Central de Abastecimento do Paraná S.A – CEASA de Londrina, onde vão duas vezes na semana buscar alimentos para

usarem nas marmitas e também para doar quando conseguem grande quantidade, e alguns produtores rurais locais e pessoas físicas que ajudam com doações em dias festivos.

O projeto recebe muitas mulheres em seu espaço físico, tanto como voluntárias como buscando ajuda, entre os casos mais recorrentes a violência doméstica se sobressai, dessa forma, outra ação muito importante realizada pelo projeto, enquanto rede de apoio, é a divulgação de cursos profissionalizantes para mulheres, realização de cursos de artesanato, crochê, pinturas, comidas, que conseguem com professoras especializadas no assunto, sempre buscando colocar cursos que podem gerar uma renda para elas, de modo que possam deixar o relacionamento violento e abusivo.

A participação do projeto na comunidade deu visibilidade a ele, fazendo com que órgãos municipais como o Centro Regional e Assistência Social – CRAS buscam as mulheres do projeto para ofertarem cursos e palestras, assim como a polícia militar, psicólogas, advogadas, igrejas e instituições de ensino sempre buscam o projeto para ofertar meios de ajudar as mulheres a lidarem com as questões de violência, visto que a coordenação sente a necessidade desse tema ser debatido e também toma iniciativa de propor a quem puder ajudar que realize alguma ação no projeto.

Figura 4 - Curso de artesanato ofertado por uma artesã local.



Fonte: Projeto Social amigas do São Jorge, 2023.

O cuidado com as mulheres da ocupação e do entorno é visível, sendo uma preocupação que já levou o projeto a abrigar em seu espaço físico mulheres que sofreram violência, e como retrata a coordenadora do projeto:

O que mais recebemos no projeto é mulher pedindo ajuda, umas porque apanham dos filhos, outras porque apanha do marido, e aí tem a questão do vício também né? Isso dificulta muito, porque a gente não quer saber o que fez ela chegar naquele ponto ou porque a família usa as coisas, a gente não vai negar ajuda porque julga certo ou errado o que fazem, a gente se coloca no lugar da mulher, que normalmente tem filho, fica cuidando da casa, não trabalha, aí o marido trabalha e não ajuda em casa, chega e sai usar suas coisas, volta agressivo, aí agride os filhos, a mulher, é muita coisa envolvida, a gente sabe de todas histórias, mas não é que não nos importamos, a gente só pensa no que pode acontecer de pior e que temos que fazer algo pra ajudar naquele momento (Adriana, líder do projeto, 2024).

As crianças são um outro eixo norteador do projeto, sabendo das dificuldades dos que vivem na ocupação e também dos perigos com o envolvimento em ações ilícitas, as mulheres desenvolvem semanalmente um café da tarde para as crianças, sempre às sextas-feiras, realizado tanto na casa do projeto quanto na praça, que é apelidada de Praça Wal Dias, em homenagem a antiga líder do projeto e por ela ser a responsável por atrair as crianças para o projeto, visto que sua maior preocupação era o crescimento deles. Essa herança deixada pela Wal segue dando sentido ao desenvolvimento das crianças e até as mulheres do projeto se chamam de “tias” porque vivem rodeadas de crianças chamando-as assim.

Os dias festivos são sempre esperados pelas crianças, porque sabem que o projeto faz as comemorações e recebem muitas doações, dias como Páscoa, Dia das Crianças e natal a rua principal é fechada e transformada para receber brinquedos, comidas, brincadeiras, atividades diversas, tudo ocorre com doações, desde a comida até os brinquedos infláveis, e conta com muitos voluntários de igrejas e instituições de ensino.

Figura 5 - Rua preparada para o Dia das Crianças.



Fonte: Caroline Berger, 2024.

As crianças também são as que mais precisam de doações e por quem o projeto busca toda forma de ajuda, há uma mulher no projeto que é responsável por cuidar dos brinquedos que recebem de doações, ela limpa, reforma, confecciona roupa e empacota como um brinquedo novo.

Viver em uma ocupação e em situação de vulnerabilidade social, pode deixar as crianças mais suscetíveis a ficarem doentes, especialmente pelas condições de habitação e por não ter saneamento básico, além disso, nem todos tem condições de beber leite todos os dias, se aquecer no frio ou amenizar o calor, ir pra escola com todos os materiais, desta forma, o projeto consegue doações de leites, cobertores, roupas, materiais escolares e o que for necessário para melhorar a qualidade de vida dessas crianças.

Para o projeto se manter como uma rede de apoio ele precisa ter uma base sólida, não só fisicamente, mas mentalmente e institucional também, sendo assim, as mulheres frequentemente participam de diálogos na prefeituras e em órgãos municipais voltados a assistência das pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazem parte de eventos com a Central Única das Favelas – CUFA, recebem apoio de uma vereadora do município que as ajudam nessa luta e desenvolvimento político, e de algumas outras instituições que ajudam nos trâmites burocráticos do projeto.

Figura 6 - Conferência Internacional das Favelas realizada pela CUFA.



Fonte: Caroline Berger, 2024.

Se apropriar do espaço urbano enfrentando a desigualdade não somente social e econômica, mas de gênero, classe, sexualidade, entre outras, fazem com que busquem formas e redes de apoio para sobreviver, mesmo que seu direito à cidade seja limitado e/ou privado, o projeto social acaba sendo uma rede de apoio, de luta e resistência em conjunto com os moradores da ocupação, na medida em que organizações como a CUFA se tornam uma rede de apoio do próprio projeto, fazendo com que a luta seja coletiva, onde os sujeitos políticos são despertados ao buscar a transformação social do seu local.

A percepção territorial e a consciência periférica desses sujeitos fazem parte do processo histórico e social que a vivência do e no território produz neles, levando a um entendimento da sua prática política e da condição urbana que se encontram para um grau de proximidade entre os que passam pelas mesmas situações e precisam encontrar meios de sobrevivência e coletividade (D'Andrea, 2020). Enfatizamos aqui, a força do coletivo formado por mulheres que buscam na participação social a construção coletiva que visa melhorar a qualidade de vida de pessoas em vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar a importância das redes de apoio em um contexto de vulnerabilidade social, dando ênfase a um projeto social desenvolvido por mulheres, demonstrando que apesar de todo direito negado a cidade e a moradia, buscam formas de sobrevivência pensando no coletivo e na vida daqueles que não tem condições de viver uma realidade com mais qualidade de vida.

Entre tantas dificuldades em termos infraestruturais, no caso da ocupação com as casas precárias, sem asfalto, sem rede de esgoto e saneamento básico, sem iluminação de qualidade, coleta de lixo, com casos de violência de gênero, abandono infantil, vício, abandono escolar e tantas outras situações que permeiam a vida daqueles sujeitos, há uma rede de apoio que faz a vida cotidiana ser menos árdua.

O projeto social Amigas do São Jorge, nos seus 8 anos, consegue ajudar a vida de muitos sujeitos que passam pelo seu caminho, não buscam apenas entregar alimentos e suprir necessidades físicas, as mulheres do projeto buscam fazer um trabalho que muda a vida de outras mulheres e crianças, promovendo cursos, palestras, oportunidades de emprego, atividades de participação popular, inserção na política, formas de mostrar para todos sujeitos

que eles são a cidade e fazem parte dela, que a consciência de classe e política pode leva-los a melhorar suas condições de vida.

Não podemos deixar de elencar a insuficiência das ações do Estado, enquanto município, visto que ele é responsável legalmente por transformar essas áreas de ocupação, promover novos espaços de moradias, construir equipamentos urbanos públicos, ofertar saúde, educação, lazer e moradia.

Somente construir moradias, que já não suporta o déficit habitacional, não é o suficiente, as pessoas que vivem em áreas segregadas e sem infraestrutura não devem ser jogadas “para fora” da cidade, em locais distantes do funcionamento diário da vida urbana, e os sujeitos ao terem consciência desse processo acabam não aceitando as moradias que o Estado oferta em locais piores do que a própria ocupação, dessa forma, construir redes de apoio é essencial para que a luta e a resistência frente os desafios urbanos continuem.

REFERÊNCIAS

BEIDACK, A. R. S; FRESCA, T. M. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 147-163, 2011.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52.

D’ANDREA, T. P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 18-36, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

FRAZÃO, M. Assentamento “renasce” com 234 barracos. **Jornal de Londrina**, Londrina, 29 jan. 2014. Folha Geral, p. 7.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 38, n.1, jan.-mar. 1995.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Companhia Municipal de Habitação de Londrina. **Perfil socioeconômico das famílias residentes na ocupação irregular: Nossa Senhora Aparecida/São Jorge/Bom Jesus**. Londrina: COHAB-LD, 2018. Processo nº 19.002.082287/2019-12.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Companhia Municipal de Habitação de Londrina. **Programa lotes urbanizados: Residencial Jequitibá**. Londrina: COHAB-LD, 2022.

Disponível em: Green Monochromatic Simple The Minimalist Presentation Template. Acesso em: 02 mar. 2025.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINS, V. H. T. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos**: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. 2007. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007

OGAWA, V. São Jorge: de ocupação a bairro. **Folha de Londrina**, Londrina, 8 ago 2014. Folha Cidades. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/sao-jorge-deocupacao-a-bairro-889738.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OLIVEIRA, E. L. **A iniciativa privada e o parcelamento do solo em Londrina**. UEL, inédito, 2006.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. (9ª Vara Cível). **Processo nº 0003776-57.2014.8.16.0014 de 21 de janeiro 2014**. Ação de reintegração de posse. Curitiba: Tribunal de Justiça, 2014.

PASSOS, V. R. L. **A verticalização em Londrina**: 1970 / 2000 – a ação dos promotores imobiliários. 2007. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, 2007.

RITCHIE, J. The applications of qualitative methods to social research. In. RITCHIE, J.; LEWIS, J. (ed.). **Qualitative research practice**: a guide for social science students and researchers. London: Sage Publications, 2003. p. 24-46.

RODRIGUES, B. Cincão em festa: cinco conjuntos faz 25 anos. **Folha de Londrina**, Londrina, 8 dez. 2002. Caderno especial.

ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade**: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. Programa de pós-graduação em Direito Registral Imobiliário da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. Regulação urbanística no Brasil: Conquistas e desafios de um modelo em construção. **Anais do Seminário Internacional**: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social. PUCCAMP, 2000, p.1-19.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2003.

TOPALOV, C. Ganancias y rentas urbanas. **Elementos teóricos**. Madri: Siglo XXI, 1984.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.